

A REESCRITA DA ORALIDADE NOS MANUAIS DE REDAÇÃO JORNALÍSTICA: UMA VISADA DISCURSIVA

THE REWRITING OF ORALITY ON NEWS STYLE GUIDES: A DISCURSIVE VIEW

Phellipe Marcel da Silva Esteves¹

Resumo: *Este artigo, escrito sob a orientação teórica da Análise do Discurso materialista (Pêcheux) e com contribuições da História das Ideias Linguísticas (Auroux), discutirá o modo como três manuais de redação jornalística brasileiros (da Folha de S. Paulo, d'O Globo e d'O Dia) produzem efeitos de sentido sobre desvio linguístico, classe social, sujeito e língua. Para isso, também incluímos como arquivo de análise, uma gramática de nível superior de ampla circulação (BECHARA, 2005 [1999]) e um livro-reportagem (BARCELLOS, 2003). A partir de sequências extraídas dessas materialidades, principalmente sobre a transcrição da fala para o registro escrito, pretendemos refletir sobre como determinados sujeitos vão sendo significados, e de que modo as diretrizes dos manuais de redação jornalística vão para além do jornalismo, afetando também sujeitos que leem produtos editoriais matricizados pelos manuais. Uma das nossas conclusões é que esses sentidos afetam, por exemplo, sujeitos em idade escolar, inscrevendo, na memória do discurso, gestos de interpretação que podem acabar sendo adotados em procedimentos textuais como a retextualização.*

Palavras-chave: *Manuais de redação jornalística; Língua imaginária; Análise do discurso.*

Abstract: *This article, written under theoretical orientation of materialistic Discourse Analysis (Pêcheux) with the contributions of History of Linguistic Theories (Auroux) discusses how three Brazilian news style guides (Folha de S. Paulo's, O Globo's and O Dia's) produce meaning effects about linguistics deviation, social class, subject and language. In order to do so, we also included as analysis archive a higher education grammar book of broader circulation (BECHARA, 2005 [1999]) and a non-fiction book (BARCELLOS, 2003). Taking into account the sequences extracted from those materialities, mainly about the transcription from spoken to written register, we intend to reflect upon how certain subjects are meant, and how the guidelines of news style guides go beyond journalism, affecting also subjects that read editorial products standardized by those guides. One of our conclusions is that those meanings affect, for instance, subjects in school age, inscribing, in discursive memory, interpretation gestures that may end up being adopted in textual procedures such as retextualization.*

Keywords: *News style guides; Imaginary language; Discourse Analysis.*

1 Manuais: imagens de língua e de sujeitos

O aprendizado da escrita nunca é desligado da memória que uma língua carrega, de seu silenciamento, apagamentos, interseções, equívocos, confusões. Das imagens feitas do que é a língua oral e dos sujeitos que falam as línguas. Os dispositivos, instrumentos, instituições e aparelhos em que se produz sentido sobre as línguas inscrevem na memória aquilo que deve ser aprendido, como deve ser aprendido e o valor dos referentes discursivos

¹ Professor adjunto da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LING/ILE/UERJ). Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, Brasil, e-mail: phellipemarcel@gmail.com

aprendidos. O aprendizado de uma língua, portanto, não surge nas carteiras escolares, tampouco é inerte diante da exterioridade dos colégios. Neste artigo, falaremos de um objeto exterior ao ensino, mas que nele produz efeito: os manuais de redação jornalística.

Para Orlandi, “A *língua imaginária* é aquela que os analistas fixam com suas sistematizações e a *língua fluida* é aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86; grifos da autora). Línguas imaginárias, assim, são perpassadas por um trabalho de estabelecimento de normas e de sentidos. Elas necessariamente passam por um processo de censura, de silenciamento de outros dizeres e possibilidades de dizer: partem da ilusão de que dão conta da língua como um todo, da língua em sua integralidade, e que todas as formas e sentidos podem por ela ser refletidos. A língua escrita aprendida nos colégios é, portanto, uma língua imaginária.

Como nos propõe também Orlandi (2007), “toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis [...] Como parte da política do silêncio nós temos, ao lado do silêncio constitutivo, o *silêncio local*, que é a manifestação mais visível dessa política: a da interdição do dizer” (p. 74; grifos da autora). Dessa forma, a língua, quando gramatizada e estabelecida como certa/errada, obrigatoriamente silenciara política, ideologicamente, outros dizeres, outras variedades e, por que não, outras línguas, com sua historicidade contígua.

Neste artigo vamos nos perguntar justamente sobre o caráter imaginário da língua descrita em manuais de redação jornalística — que dão diretrizes e matrizes à língua que deve comparecer nos jornais, principalmente escritos, mas incidindo também sobre o jornalismo oral e sobre o ensino de língua oficial do Brasil — no encontro com o silenciamento de variedades, línguas e sentidos de jornais.

A primeira questão que nos colocamos aqui é: a língua do jornal é *apenas* a língua da gramática, a língua oficial? *Ou ela também sofre, por si mesma, esquematizações, regulações, fixações, estabelecimentos de formas e sentidos, incidindo sobre a língua oficial?* Sim. Ela é uma língua formulada no campo jornalístico e que reverbera em sua relação com o leitor, após décadas e mais décadas da domesticação de formas e sentidos. Para entender a língua do jornal, precisamos compreender a historicidade de como a língua portuguesa se materializa no veículo de comunicação. Ela é um elemento que vai formar a rede de sentidos logicamente estabilizados da discursividade instaurada no campo jornalístico. Os manuais de redação e estilo adotados (e editados) pela cunhada mídia hegemônica (COUTINHO, 2008) do Brasil tornaram-se paradigmas para a formulação do que o senso comum considera como textos objetivos, imparciais, compreensíveis e comprometidos com a VERDADE. Publicados desde a

década de 1950 (CADENA, 2017 [2011]), colaboram na construção desses “valores” e sentidos também tradicionalmente disseminados pelos (e *atribuídos aos*, num jogo de imagens e de identificações) sujeitos que falam da posição do jornalista. Nessa direção, os manuais de redação jornalística constituem uma forma de discurso pedagógico — que, como veremos, funciona *fora*, mas também *dentro dos colégios*, na circulação dos sentidos —, que determinam diretrizes a serem seguidas ulteriormente a partir do campo discursivo em que surge o próprio manual. Authier-Revuz (1998) fala de manuais científicos, que também determinam diretrizes a partir do “regime de enunciação” do discurso científico:

O discurso científico contemporâneo, assim como o discurso didático dos manuais, discurso segundo que reproduz o regime da enunciação do primeiro, apagam, ao contrário, os mecanismos da enunciação no anonimato de um discurso universal do Verdadeiro, à racionalidade atemporal e impessoal. (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 123).

Dadas as diferenças, também nos fundamentamos aqui na hipótese de que, nos manuais de redação jornalística, apaga-se o mecanismo de enunciação em nome do sentido de verdade, mas também de objetividade, coerência, imparcialidade. Isso faz parte do ritual jornalístico (MARIANI, 2004), da prática jornalística padronizada. Apesar disso, esses manuais de redação jornalística funcionam discursivamente de forma a suscitar um sentido institucional: aquela língua imaginária, dotada de regras, não significa independentemente; ela faz parte da constituição de identidade de uma corporação, de uma empresa jornalística. Trabalha-se na ilusão de que não apenas o sujeito é o senhor do dizer, mas também de que a empresa pode sê-lo — os títulos dos manuais já são um indício dessa ilusão (por enquanto, apenas um exemplo: *Manual de redação e estilo Folha de S. Paulo*). Sendo assim, os manuais de redação jornalística funcionam como autoimagem representativa da instituição, num movimento intradiscursivo — nos meandros da formulação da língua portuguesa dos jornais e dos próprios manuais, em seu exemplário extraído da produção jornalística — e interdiscursivo — em que os sentidos preexistentes à formulação dos manuais necessariamente se presentificam, num efeito parafrástico/polissêmico, de repetição/deslocamento.

Mas, ao longo da história da existência dos jornais no Brasil, esses guias nem sempre existiram e, muitas vezes, ao serem lidos, aparentam “purificar”, “exorcizar” a língua, limpando-a de qualquer possível mal (seja ele sintático, ortográfico ou estilístico), numa verdadeira caça — o que faz com que se proponham como indispensáveis à qualidade e

padronização jornalística e se oponham a uma tradição jornalística anterior, uma vez que se constroem, quase unanimemente, sobre os chamados “erros” do passado.

Vamos então nos deter em dois pontos específicos para as questões deste artigo: a) os manuais de redação formulam uma língua imaginária própria; b) os manuais de redação são instrumentos de gramatização (AUROUX, 2001), visto que constituem um saber sobre a língua. Com base nisso, as questões que nos movem são: 1) mas como são constituídos os sentidos sobre língua nesses manuais?; 2) como essa língua imaginária, idealizada e (re)escolhida trata da variedade de línguas e de sujeitos, ou seja, de uma alteridade que margeia um *mesmo*, um *igual*, uma *identidade* de sujeito e língua incluídos nos manuais?

Quando nos referimos aos manuais de redação jornalística, como dissemos, os entendemos como, à semelhança de gramáticas e dicionários, instrumentos de gramatização. Conforme Sylvain Auroux, existem necessidades substanciais para que uma gramática *seja* uma gramática:

As regras podem ser encaradas como prescrições (diga..., não diga...; diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade ou como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...). É fácil passar do primeiro para o segundo tipo de formulação, o que explica que nunca existe, entre uma série de gramáticas prescritivas e uma outra série de gramáticas descritivas da mesma língua, a absoluta solução de continuidade que aí vê a historiografia tradicional: um certo saber se conserva sempre. (2001, p. 68).

Nosso desdobramento é de que os guias de redação voltados a determinadas profissões, tais como manuais jornalísticos e cartilhas editoriais, apresentam esse tipo de enumeração de regras, e ora se posicionam na via de que o manual está “descrevendo” a língua jornalística imaginária, ora na via de que ele está apresentando “como” essa língua deve ser: ambas as vias possibilitam efeitos de sentidos que significam dentro de uma mesma formação discursiva² dominante. Essa é uma prática recorrente também nas gramáticas: nelas, encontra-se uma língua imaginária que acompanha a seguinte diretriz de sentido — (1) a língua apresentada é um estado de língua e (2) esse estado de língua é aquele que deve ser aprendido, ensinado e tornado norma. Existe, portanto, uma proximidade entre os lugares da gramática e do manual de redação jornalística. Mas também existem diferenças entre esses

² As palavras, enunciados, frases etc. não possuem significados imanentes, inerentes às formas linguísticas, de modo que “todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 161). Essa “seleção” resulta em “um enunciado, forma ou seqüência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada” (*ibidem*; grifos do autor).

instrumentos de gramatização. Enquanto o discurso gramatical, ao eleger uma variedade como norma, oferece opções de usos da língua, os manuais restringem essas opções em geral a apenas uma, ou a um número muito restrito de alternativas. É o caso do *Manual de redação e estilo d'O Globo* e do *Manual de redação e texto jornalístico d'O Dia*. Ambos apresentam seções específicas — respectivamente “Em bom português” (p. 75) e “O que você não pode usar” — que restringem os usos da língua jornalística imaginária, circunscrevendo ainda mais as “opções” do que as gramáticas.

2 Um conhecimento jornalístico sobre a língua... ou um conhecimento sobre a língua jornalística

Conforme temos pensado a relação entre manuais de redação e a tecnologia de gramatização, os manuais não podem ser confundidos nem com o discurso gramatical nem com o discurso jornalístico. Nenhum dos dois. Os manuais de redação não se apresentam, conforme as gramáticas, como formas de descrição da língua nacional, oficial; mas como guias de como usar a língua portuguesa de modo que a língua seja coerente com a ética profissional jornalística. Tampouco são a prática do próprio jornalismo, visto que são prescritivas em relação à língua. Mas a prática discursiva dos manuais de redação jornalística não se afasta de um conhecimento *sobre* a língua. Eles formulam um conhecimento próprio da língua; a língua imaginária do jornal. E com essa formulação, relacionam também essa prática profissional a essa mesma língua imaginária. A posição de jornalista está profundamente baseada em como o jornalista escreve, e essa forma é a *regida* pelos manuais. O objetivo aqui é identificar o funcionamento discursivo dos manuais, que disseminam, similarmente a algumas gramáticas, como deve ser um texto, especificamente, o texto jornalístico.

Orlandi (2001; 2004) sustenta que, quando se fala em *texto* como unidade linguística de sentido, se estabelece uma relação imaginária com sentidos de coesão, coerência, encadeamento de ideias, início, desenvolvimento e conclusão (na ilusão de fechamento do texto em si mesmo). Nesses moldes, os manuais de redação jornalística estabelecem uma relação imaginária com seu texto, na ilusão de que ele proporciona não apenas uma completude, mas também uma objetividade, uma clareza e uma imparcialidade, características que deve ter a redação jornalística para que seja tipificada como tal.

É a partir da análise de sequências discursivas a que chegamos questionando-nos sobre a ocorrência da variedade linguística nos manuais e sobre a construção da língua imaginária

jornalística que buscaremos compreender os efeitos ideológicos provocados por esse tratamento da língua. Contrariando uma abordagem que compreende a materialidade linguística como documentos históricos que significam a-historicamente, a Análise do Discurso os entende sendo necessariamente passíveis de gestos interpretativos que assim vão construir a história. Essa abordagem segue na contramão da ilusão da imanência do sentido, dado que considera tanto a posição do sujeito quanto as formações imaginárias que co-constituem o sentido, sempre determinado pelas relações interdiscursivas. Dessa forma, conforme Mariani (1998),

Nos monumentos textuais, vislumbra-se a estruturação do que foi “pensável” numa dada época. Ora, o que foi ‘pensável’ numa dada época já é resultado da ação da memória da época em questão. [...]. Queremos dizer com isso que o trabalho da memória produz uma certa previsibilidade, dando a ilusão de que nada muda. No entanto, não se deve perder de vista que se há uma previsibilidade do “pensável” (e adiantamos, desde já, que o discurso jornalístico atua nesta cadeia de possibilidades e previsibilidades), esta é continuamente abalada pela irrupção de acontecimentos que vão deslocando os sentidos já produzidos. Ou, ainda, que em um acontecimento já fixado pela memória histórica outras re-interpretações podem ser feitas (pois, como se sabe, não se lê um mesmo texto sempre da mesma maneira), ocasionando novas tradições de significação que podem até mesmo incluir o que antes havia sido rejeitado, ie, condenado ao esquecimento. (MARIANI, 1998, p. 36).

Com isso, pode-se dizer aqui que sempre há a possibilidade de resistência a esses sentidos produzidos pelos manuais, sentidos já estabilizados, sentidos que se multiplicam; mas também sentidos que se aliam a outros e podem, no jogo das formações discursivas, significar diferente a cada vez. Trabalharemos aqui com os manuais de redação jornalística institucionais que se voltam a uma *imprensa de referência* (MARIANI, 1998, 51, p. 240; grifo nosso), no que diz respeito a referendar o poder instituído, levando ao público o senso (e o censo, o clássico trabalho de controle de qualidade do *sensor*) das classes hegemônicas, que se impõem ao organizarem, escreverem e/ou se vincularem a um jornalismo hegemônico, conforme Gramsci (2002, 2006) os situa. Quando falamos de imprensa de referência ou de jornalismo hegemônico, portanto, não os encaramos como sinônimos, mas como dois dos lados de uma mesma produção de sentidos que ora referenda o poder, ora faz parte dele, confundindo-se com o poder.

Numa breve retomada da história dos manuais de redação, vemos que eles se propagaram por todo o Rio de Janeiro com muito vigor na década de 1950. Suas orientações se identificam às formas de texto já dirigidas pelos *stylebooks* norte-americanos; muitos deles,

traduções ou resenhas das normas ditadas na imprensa capitalista e monopolista já instaurada em outros países do mundo.

A reforma do estilo da imprensa brasileira começou na década de 1950, em um pequeno jornal do Rio de Janeiro, o *Diário Carioca* (que circulou entre 1928 e 1966), onde foram introduzidos pelos jornalistas Danton Jobim e Pompeu de Souza três importantes elementos oriundos do jornalismo norte-americano: o *lead*, o manual de redação e o *copy desk* (redator responsável por reescrever as matérias, dando um tratamento uniforme a todos os textos). (CAPRINO, 2007, p. 99).

Esses guias chegam para inserir o jornalismo brasileiro num padrão internacional de fazer jornalístico, numa prática discursiva dominante na forma de fazer jornal, que definia determinado uso de língua. As novas regras que os manuais divulgam passam a legislar sobre uma categoria profissional específica, e constituem uma política linguística, uma vez que impedem certas formas e sentidos dados à língua e também fornecem diretrizes sobre a língua:

uma política linguística dada resulta das condições históricas das relações entre as línguas num preciso espaço-tempo de práticas discursivas. Assim sendo, discutir a instauração de uma política linguística supõe compreender o modo de funcionamento dessa complexidade histórico-linguística, já que é ela que vai constituir as condições materiais de base que vão garantir a tomada de posição das instâncias de poder visando regular as práticas languageiras. (MARIANI, 2003, p. 78).

Mais além: essas mesmas formas e sentidos não vão se restringir apenas à categoria jornalística, mas, já que o jornal (e a mídia como um todo) trabalha na “representação e reprodução dos ‘consensos de significação’ resultantes das hegemonias políticas” (MARIANI, 1996, p. 44) ou incentiva sua dissolução,³ os sujeitos-leitores podem ser alcançados por sua forma e por seus sentidos. Assim, a forma do fazer jornalístico é determinada não apenas aos jornalistas, mas também aos leitores, que antecipam, a partir de uma cristalização formal, como deve ser um jornal: e como deve ser a língua desse jornal.

Segundo Orlandi, “no caso da indústria cultural, o texto está prenhe de outros sentidos que não a informação, efeitos esses tais como a persuasão, o nivelamento de opinião, a ideologia de sucesso, a homogeneização, etc.” (1996, p. 119). Também foi observado como se

³ Entendendo-se o âmbito político como a luta pela estabilização ou desestabilização no que concerne à prática languageira, delimitando (ou não) confrontos e antagonismos em diferentes matrizes de sentido (formações discursivas) (MARIANI, 1998, p. 44).

constituíram esses e outros efeitos, como o de objetividade jornalística, que vai se apoiar sobre determinada forma para se fazer legítimo. Para este artigo, trabalhamos com os seguintes manuais como cörpera:

1) *Novo manual de redação Folha de S. Paulo*: por se anunciar como o primeiro brasileiro a dar os valores, em uma edição anterior, de um jornal em seu corpo⁴ e por ser um dos mais procurados por outros jornais para confeccionar seus próprios manuais. Além disso, o manual da *Folha* não se restringe apenas à prática jornalística: há editoras, agências de publicidades etc. que se fundamentam nele para a elaboração de redações;

2) *Manual de redação e estilo O Globo*: por ter sido, no Rio de Janeiro, o primeiro publicado de modo a servir como matriz para a língua usada em sua publicação, ou seja, foi o primeiro manual de redação jornalística institucional, vinculado a uma empresa midiática;

3) *Manual de redação e texto jornalístico O Dia*: visto que é um manual que nunca veio a público, mas que circulava nas redações do jornal determinando sua escrita.

Desses manuais, analisamos sequências que tratem do que é certo e do que é errado na redação jornalística. A língua imaginária do jornal vai significando em torno dos sentidos parafrásticos de certo e errado presentes, por exemplo, em gramáticas e dicionários, tanto em relação à língua, quanto em relação à postura profissional do jornalista.

A seguir, observem-se as sequências discursivas relativas ao posto como errado na língua imaginária do jornal, em geral associado à língua oral:

SD01: Na reprodução de declaração textual, **seja fiel ao que foi dito**, mas, se não for de relevância jornalística, **elimine repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe?, entende?, viu?** Para facilitar a leitura, pode-se suprimir trecho ou alterar a ordem do que foi dito — **desde que respeitado o conteúdo**. [...] Na **necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração**, admite-se o uso da expressão latina sic (assim mesmo) entre parênteses. Restrinja o uso desse recurso. (FOLHA ONLINE, 2009, “Texto”; destaques nossos)

SD02: O jornal **não pode reproduzir passivamente erros de português** e agressões evidentes à lógica ou aos fatos. **Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto, exceto se houver motivo para manter o erro** — e então é sempre preciso apontá-lo ao leitor. (O GLOBO, GARCIA & ANDRADE, 1999, p. 41; destaques nossos)

SD03: **Defeitos de dicção, de pronúncia e outros tiques de linguagem** não devem ser reproduzidos no texto de uma entrevista, **a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem** [...]. (O DIA, 1996, p. 21-22; destaques nossos).

⁴ “O texto de 1984 teve funções pioneiras. Manuais de estilo já existiam desde a década de 20. Pela primeira vez, porém, um manual de jornalismo não se limitava a prescrever opções de linguagem e reforçar regras gramaticais, mas procurava condensar uma concepção de jornal” (FOLHA ONLINE, 2009, Introdução).

Como consta na SD01, do manual da *Folha*, os sentidos de fidelidade fazem parte daqueles que envolvem a relação imaginária que se tem do texto jornalístico: ele deve ser “fiel ao que foi dito”. Essa fidelidade jornalística não é sinônimo de uma transcrição *ipsis litteris* — como se isso fosse possível — das falas dos entrevistados ou das falas recolhidas nas reportagens. A fidelidade jornalística abre espaço a uma edição-eleição das palavras e do falar do outro. A fidelidade, sendo o efeito de integralidade do dizer, contempla uma eliminação daquilo que é considerado desnecessário, e isso nos interessa bastante. Que língua ou aspectos de língua são esses que são relegados, que vivem na estrema da língua que é considerada norma — neste caso específico, a língua imaginária jornalística? Na SD01, observamos que devem ser eliminadas “repetições de palavras ou expressões da linguagem oral: um, é, ah, né, tá, sabe?, entende?, viu?”, de forma que seja “respeitado o conteúdo”; ou seja, há uma ilusão de que há a possibilidade de o “conteúdo” ser mantido mesmo em se excluindo o dizer; e mais importante: o que é chamado de *linguagem oral* é tido como dispensável, visto que esse mesmo “conteúdo” pode ser mantido com a eliminação de expressões pertencentes a ela. É a instauração do *efeito da inutilidade do oral*.

Entre as três sequências (SD01, SD02 e SD03), encontramos uma ressonância de sentido no que diz respeito ao erro. Ele sempre está relacionado à declaração, à fala reproduzida, portanto, à oralidade. Na SD01, isso pode ser visto em “Na necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração”; na SD02, em “Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto”; na SD03, em “Defeitos de dicção, de pronúncia e outros tiques de linguagem”. Atribui-se à oralidade um status de lugar do erro, de uma quase exclusividade do erro. O interessante é que os três manuais, nessas sequências, funcionam como regulamento de como transcrever e/ou reescrever a fala de entrevistados, declarações de autoridades etc.

Constroem-se, com o *status* de erro na oralidade, sentidos de erro também do corpo que, na discursividade dos manuais, fala errado, pois ele passa a ser definido por esse erro, *quando necessário*, como podemos ver também, parafrasticamente, nas três sequências discursivas, recortadas abaixo:

SD01 [extrato]: necessidade de chamar a atenção do leitor para algo de errado ou estranho em declaração

SD02 [extrato]: Quando alguém fala errado, deve-se corrigir no texto, exceto se houver motivo para manter o erro

SD03 [extrato]: a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem

A configuração do imaginário sobre a matéria jornalística passa pela forma, então, como os jornalistas farão uso do que consideram linguagem oral. A relação que o jornalista estabelece com a língua do entrevistado é também uma relação imaginária: ele imagina como *deve ser* a língua do outro, e são as características imaginadas que vão apagar ou ressaltar no fio discursivo. Quando resalta essas características, o jornalista não apenas significa a língua do entrevistado, mas também o próprio sujeito outro, que está inserido numa rede de formações imaginárias, em que se obedece/desobedece àquilo que se pode/deve dizer, regulado pelas formações discursivas. É a tal definição do personagem segundo a inclusão daquilo que se consideram erros em sua fala, conforme vimos mais patentemente no extrato da SD03, do manual d'O *Dia*. Em especial, quando se fala de leitores populares, encontramos um sentido pejorativo para os mesmos, e esse sentido é efetivado através do imaginário de língua construída sobre eles, conforme vemos na SD04:

SD04: Um jornal, principalmente quando atua na faixa popular, deve ser de fácil compreensão para o leitor. Quase didático, sem, no entanto, subestimar a inteligência do seu público. (O DIA, 1996, p. 20).

Ao analisarmos a ênfase à faixa popular, pudemos compreender como se dá a construção do personagem de que o extrato da SD03 — “a não ser excepcionalmente em casos que de fato ajudem a definir um personagem” — fala: essa faixa popular precisaria de uma linguagem de *fácil compreensão*. Inferioriza-se a língua que se imagina ser *falada/usada/compreendida* por determinadas classes sociais.

É da necessidade de sanar *erros* da redação jornalística que surgem alguns manuais, como políticas linguísticas de, se não eliminação da diferença, padronização, pasteurização da língua imaginária do jornal.

SD05: Este manual tem a aspiração de contribuir para a modificação de uma realidade da qual nasceu como **flor do lodo**: a da massa de **erros** que há anos se observam nos veículos de comunicação social, com impressionante índice de repetição. (O GLOBO, GARCIA & ANDRADE, 1999, texto de orelha; destaques nossos).

Fazem parte dessa *massa de erros*, como colocado no manual do *Globo*, na SD05, os erros cometidos na oralidade. Desde o texto de orelha do manual de *O Globo*, tem-se uma oposição de sentidos através de um deslocamento de sentido. No fio discursivo, encontra-se o sintagma *flor do lodo*, que retoma interdiscursivamente a *flor do Lácio*, as línguas neolatinas. O erro não é Lácio, o erro é lodo; ou o lodo do Lácio: aquilo que se tem de pior, aquilo a que

se tem asco. O manual seria o remédio, o que poderia surgir de melhor e bonito diretamente do lodo e da massa de erros. Funcionando como uma espécie de remédio, esse nascimento da flor do lodo é uma forma de regulação de formas linguísticas que motivaram o próprio nascimento, e isso não deixa de ser uma regulação também de sentidos. O sentido se processa inalienável da forma, inserido numa dinâmica sócio-histórica que não é impermeável a outras formas e sentidos.

É, portanto, característica dos manuais de redação jornalística referendar a prática jornalística cujos sentidos dominantes são integrados num *continuum* ilusório de fechamento, objetividade e imparcialidade que só podem ser alcançados mediante o aprendizado e o doutrinamento da língua imaginária jornalística, conforme vemos no trecho em negrito da SD06:

SD06: Ganhamos agora a certeza de que, com este Manual de Redação, O DIA entrega aos seus jornalistas um trabalho capaz de ajudá-los a exercer com mais segurança a profissão. **Ao manuseá-lo, eles saberão como produzir um texto não só alicerçado em princípios éticos, que não podem estar dissociados da clareza e dos fundamentos da linguagem jornalística.** (O DIA, 1996, p. 9; destaques nossos).

Observa-se, assim, como a língua vai sendo significada nos manuais de redação jornalística e, sobretudo, como ela vai se ligando aos sentidos da própria prática jornalística, sendo obrigatório à posição-jornalista o aprendizado da língua imaginária colocada nos jornais. Também ficou patente que, ao significar a língua, significa-se também um leitor imaginário que fala/lê essa língua. Portanto, em relação à transcrição de entrevistas, por exemplo, a exclusão de certos aspectos de oralidade não constituiria um problema ao sentido de fidelidade incentivado pelos manuais: isso porque se considera que esses aspectos são nulos, desnecessários, inúteis. Isso já denota um certo sentido circulante em relação à língua oral: ela não faria parte do ritual jornalístico. Ademais, quando da especificação do uso de uma linguagem de “fácil compreensão”, no *Manual O Dia*, voltada ao segmento popular, pode-se concluir que se imagina uma faixa popular que *precisa* de uma linguagem de fácil compreensão. E mais do que isso: imagina-se que a língua usada pelas faixas populares seja de menor complexidade. Daí não se tocar no assunto *variedade na língua*. Nenhum dos três manuais que analisamos faz qualquer menção a essa variedade, apesar de determinar diretrizes para o uso de uma linguagem mais simples, menos complicada, de “nível” intermediário etc. Os manuais de redação funcionam discursivamente como tecnologias de gramatização que se apoiam sobre o imaginário de uma língua própria, tida como inserida

num nível intermediário da dita língua culta, dada a sua suposta simplicidade. No manual da *Folha*, temos uma instância desse processo:

SD07: [O texto jornalístico] Deve estar redigido em **nível intermediário**, ou seja, utilizar-se das formas mais simples admitidas pela **norma culta** da língua. (FOLHA ONLINE, 2009, “Introdução”) [negritos meus].

Vale ressaltar que, se quisermos, podemos recorrer às gramáticas para vermos como se dão repetições ou deslocamentos ao se falar sobre “níveis de língua” ou “níveis de linguagem”. Por exemplo, na gramática de Bechara:

SD08: Os sistemas que integram a língua histórica apresentam três aspectos, fundamentais de diferenças internas:

a) No espaço geográfico, constituindo os diferentes *dialetos*. Essa diversidade no espaço se diz *diatópica* (do grego *diá* ‘através de’, *tópos* ‘lugar’), enquanto a relativa uniformidade no espaço se diz *sintópica* (do grego *sin* ‘reunião’).

b) No nível sociocultural, constituindo os diferentes níveis de língua e estratos ou camadas socioculturais. Essa diferença no estrato sociocultural se diz *diatrática* (do latim *stratum* ‘estrato’, ‘camada’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinestrática* ou *sinstrática*, também conhecida por *dialeto social*.

c) No estilo ou aspecto expressivo, isto é, em relação a diferentes situações do falar e estilos de língua. Essa diferença se diz *diafásica* (do grego *fásis* ‘expressão’), enquanto a relativa uniformidade correspondente se diz *sinfásica* ou homogeneidade estilística. (BECHARA, 2005 [1999]; destaque nosso).

Na SD08, cabe notarmos o uso lexical para cada um dos tipos de variedade. A “regional” é denominada “dialeto”, a “situacional” é denominada “estilo”, e a “social” é denominada “nível de língua” ou “dialeto social”. *Nível de língua* provoca efeitos de sentido de hierarquia. Sendo assim, entende-se, na sequência, que há variedades sociais acima ou abaixo — com sentidos de melhores e piores, por que não? —, dependendo do status e do prestígio social. Tal hierarquização de sentido não comparece nas variedades regionais e situacionais/estilísticas. Os falares das classes sociais populares estão constantemente situados em níveis inferiores.

Já nos manuais, é notório que há muitíssimos outros sentidos que relacionam o sujeito na posição jornalística à discursividade instaurada por essa tecnologia de gramatização, mas este trabalho não pretende exaurir a problemática. Trata-se aqui de identificar um efeito de já-eleito na língua imaginária jornalística, ou seja: por ela retrabalhar uma questão já trazida pelas gramáticas, ela também reduz, conforme aprendemos com Auroux (2001), a liberdade de variação dentro de uma dada língua, significando, com essa redução, uma categoria profissional dotada de imparcialidade, objetividade etc., mas também excluindo/silenciando o

espaço de variação. Censura-se, com isso, não apenas a variação, mas o sujeito que se imagina na posição de articulador dessa variação. Se palavras que ele fala são tidas como desnecessárias ou inúteis, certos sentidos também o são, bem como o próprio sujeito, em alguns âmbitos.

O jornalista, em seu lugar de autor, desdobra-se em dois. No momento de escrita de suas matérias (entre outros gêneros jornalísticos), ele passa pela divisão social do trabalho da interpretação, visto que há, também, na sua função de organizar a língua, a necessidade de “domesticar o sentido”, sendo ao sujeito permitidos certos sentidos, outros não (ORLANDI, 2004, p. 94); o segundo momento de sua escrita é o uso de uma língua imaginária que corrobora os sentidos de objetividade e imparcialidade associados a sua profissão. É o efeito do *esforço jornalístico*: o trabalho de organização e domesticação ilusória dos sentidos e formas é levado ao extremo, dadas as técnicas complementares a que os manuais de redação obrigam o jornalista a se submeter — já não bastasse o cumprimento das necessidades do próprio texto, de que Orlandi (*op. cit.*) trata. Esse esforço provém de um aprisionamento dos sentidos sobre norma, que são incluídos nos manuais, e que ao mesmo tempo diminuem cada vez mais a circulação de sentidos sobre variação nessa língua específica, que é regrada nos guias de fazer jornalístico.

3 Orientando cruelmente como retextualizar

Se a linguística textual e a linguística aplicada hoje se congregam para ensinar modos mais bem-sucedidos de ensino e aprendizagem de língua vernácula por meio da reescrita de determinados gêneros discursivos, podemos dizer que os manuais de redação jornalística o fazem há mais tempo. O que foram as sequências analisadas anteriormente senão normas de como proceder à retextualização, noção recente que tem sido mobilizada para apoiar o ensino de língua oficial? De acordo com Crescitelli & Reis (2011, p. 34-35; grifos das autoras), a retextualização “*É um procedimento que envolve compreensão e interpretação da forma e do conteúdo*” e que “*consiste em transformar uma transcrição de um texto falado em texto escrito*”. Pensando discursivamente, toda retextualização exige do leitor/autor um gesto de interpretação que ouve a língua oral inscrito em dada formação imaginária⁵ que constitui

⁵ A noção de formações imaginárias provém de uma ruptura do esquema de comunicação humana proposto por Jakobson: “(...) o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do mundo” (PÊCHEUX, 1990 [1969], p. 82).

imagens sobre essa língua, sobre a relação dessa língua com a língua oficial, sobre a relação do sujeito com a língua. Os manuais de redação analisados anteriormente já registram, como vimos, esses imaginários, num esforço de consolidá-los como dominantes o qual se expande para além do lugar do jornalismo.

Estamos com isso afirmando que, mesmo antes de as teorias se dedicarem a essa temática da transposição do oral para o escrito, os manuais de redação jornalística já o faziam. É inevitável, portanto, que os sentidos circulantes neles se inserissem na porosidade de lugares discursivos não necessariamente jornalísticos. Quando, ao assistir a um programa policial passado numa favela, um estudante lê nas legendas que a fala do policial foi toda retextualizada para a norma-padrão, sem uso de “*sic*”s ou itálicos, e que a fala do sujeito morador de favela é repleta de “*sic*”s e itálicos, ele entende quem é o personagem que deve ser definido, cuja (não) língua ajuda a caracterizá-lo. O efeito de itálicos e de “*sic*” é o de que a língua que está sendo retextualizada — com alterações mínimas e não passagem para a norma-padrão — ou não é língua ou de que não pertence à mesma língua falada pelo policial e compartilhada pelo estudante que assiste a tudo de casa.

Do mesmo modo, é possível notar esse funcionamento num livro-reportagem romanceado, sob autoria de Caco Barcellos, lançado em 2003: *Abusado*. Em uma parte da narrativa, quando se relata o namoro que o protagonista do livro — o traficante Juliano VP — com uma moradora do asfalto da Zona Sul do Rio de Janeiro — área com maior renda *per capita* na cidade —, apenas um dos personagens é indicado/ retratado/ caracterizado pela língua que fala: o traficante Juliano VP, morador de uma favela:

(...) As melhores amigas condenaram antes dos pais. Sugeriram a Haruno evitar o namoro com **um jovem que cometia erros de português**. Algumas, as que o conheceram pessoalmente, riam de Juliano sempre que ele **trocava a pronúncia de algumas letras** ou quando convidava a namorada para passear:

— Haruno, **vamo dá** uma volta na avenida **Atrântica**?

— **Atrântica**?

(...)

— Sabe o que é **caô, não, aí**. Já é demais. Tu nunca **entrô** numa favela na sua vida, não?

— Eu, não. Dizem que só tem bandido lá em cima.

— **Apelá** não vale! (BARCELLOS, 2003, p. 53; destaques nossos)

Note-se, pelos destaques feitos acima, que a regra estabelecida no manual é seguida à risca no livro, desde o parágrafo narrativo — que destaca, numa oração relativa, que tipo de jovem Juliano era: “que cometia erros de português” — até as falas retextualizadas — apenas as falas de Juliano VP aparecem com desvios de norma-padrão fonológicos (apócopies), como

se fala e escrita de sujeitos de bairros do asfalto da Zona Sul do Rio de Janeiro se equivalassem, como se apenas a oralidade de sujeitos de favelas diferissem do suporte escrito e daquilo que é compreendido como padrão nas gramáticas. O personagem a ser retratado é o pobre, o favelado. Seu corpo, seus modos, suas práticas, suas falas são vetadas da escrita, e representam uma diferença.

Assim sendo, por mais que esses sentidos sobre reprodução de fala na escrita estejam mais marcadamente presentes em manuais de redação jornalística, podemos observar que, no contato com o jornalismo e com produtos editoriais que tocam o jornalismo — não devemos negligenciar o fato de que editoras, mesmo as que publicam literatura erudita, muitas vezes se guiam por manuais de redação jornalística como resposta cabal às dúvidas ortográficas, de colocação, de sintaxe etc. —, os sujeitos vão sendo afetados e inscritos por uma pedagogia das práticas de silenciamento das falas; línguas e sujeitos significados como não padrão, como desvios, como personagens a serem diferenciados de um *mesmo* por meio de uma alteridade linguística. O sujeito, às vezes em idade escolar, aprende a retextualizar com o jornalismo, e essa prática não é, de modo algum, inocente: como dissemos, trata-se de um gesto de interpretação, cruel, diante da fala do outro.

Para Medeiros (2004), “Delimita-se um enunciado como tal e aprisiona-se-o entre aspas supondo com esse gesto apreender o sentido. Julga-se, pois, domar o sentido aprisionando o dizer”, na ilusão mesma de se retomar um suposto sentido original, inexistente e inapreensível. Na reprodução de falas por travessões dá-se o mesmo: julga-se, com o registro escrito de uma fala, domar o que foi dito, e imagina-se que a manutenção de determinados “erros” conferirá legitimidade ao personagem esboçado linguisticamente. No entanto, o que se esboça não é um personagem, pura e simplesmente. É o reforço de um imaginário de classe social, de cor, de gênero, de orientação sexual. Ao repetirmos, nunca estamos tão somente dizendo de novo, mas estamos imprimindo sentidos ao que foi dito: fazendo encontrar língua e história. Ceifando falas, corpos e sujeitos, em privilégio de outras falas, corpos e sujeitos.

Referências

ALTHUSSER, L. **Freud e Lacan, Marx e Freud**. Intr. crítico-histórica e tradução de Walter José Evangelista. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

AUTHIER-REVUZ, J. **Palavras incertas**: As não-coincidências do dizer. Tradução de Claudia R. Castellanos Pfeiffer, Gileade Pereira de Godoi, Luiz Francisco Dias, Maria Onice Payer, Mônica Zoppi-Fontana, Pedro de Souza, Rosângela Morello, Suzy Lagazzi-Rodrigues. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. O estrato meta-enunciativo, lugar de inscrição do sujeito em seu dizer: implicações teóricas e descritivas de uma abordagem literal. O exemplo das modalidades irrealizantes do dizer. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 22, p. 33-63, 2008.

BARCELLOS, C. **Abusado**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. revista e ampliada. 15. impr. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005 [1999].

CADENA, N. V. Os primeiros manuais de redação. In: **Almanaque da comunicação**. Disponível em <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/os-primeiros-manuais-de-redacao-2/>> Acesso em: jan. 2017 [2011].

CAPRINO, M. P. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. **Comunicação & sociedade**, v. 1, n. 37. São Paulo: USP, 2007.

COUTINHO, E. G. Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930. In: COUTINHO, E. G. (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia**: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

CRESCITELLI, M.C.; REIS, A. S. O ingresso do texto oral em sala de aula. In: ELIAS, V. M. (Org.). **Ensino de língua portuguesa**: oralidade, leitura, escrita. São Paulo: Contexto, 2011.

FOLHA ONLINE. **Novo Manual de Redação**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_texto_introducao.htm>. Acesso em: fev. 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 6**: literatura, folclore, gramática. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a imprensa**: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Editora Evan, Campinas: Editora Unicamp, 1998.

_____. Políticas de Colonização Política. **Revista Letras**, Santa Maria: UFSM, n. 27, p. 73-92, 2003.

_____. **Colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. Quando as línguas eram corpos: Sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil. In: Orlandi, Eni P. (org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

MEDEIROS, V. G. de. Discurso direto e discurso indireto: história e sentidos. **Cadernos do CNLF**, série VIII, n. 12. Rio de Janeiro: CiFEFil, 2004.

O DIA. **Manual de redação e texto jornalístico O Dia**. Rio de Janeiro: Editora O Dia, 1996.

O GLOBO, GARCIA, L. (org. e ed.); ANDRADE, Evandro Carlos de (texto de orelha).

Manual de redação e estilo O Globo. Rio de Janeiro: Editora O Globo, 1999.

ORLANDI, E.P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

_____. **Terra à vista - discurso do confronto: velho e novo mundo**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Ed. Unicamp, p. 61-162, 1990.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 4. ed. Tradução de Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975].

Data de recebimento: 27 de março de 2017.

Data de aceite: 13 de dezembro de 2017.